

GABRIEL COSTA PINHEIRO CHAGAS

**A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA
NAS EMPRESAS ESTATAIS**

São Paulo

2021



CONIRACORRENTE

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Alameda Itu, 852 | 1º andar |

CEP 01421-002

www.loja-editoracontracorrente.com.br

contato@editoracontracorrente.com.br

Editores

Camila Almeida Janela Valim

Gustavo Marinho de Carvalho

Rafael Valim

Coordenação de projeto: Juliana Daglio

Revisão: Luciana Moreira

Revisão técnica: Lisliane Pereira

Diagramação: Pablo Madeira

Capa: Maikon Nery

Equipe de apoio

Fabiana Celli

Carla Vasconcelos

Fernando Pereira

Lais do Vale

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chagas, Gabriel Costa Pinheiro

A discricionariiedade administrativa nas empresas
estatais / Gabriel Costa Pinheiro Chagas. --

1. ed. -- São Paulo : Editora Contracorrente, 2021.

ISBN 978-65-88470-47-3

1. Direito administrativo 2. Direito
administrativo - Brasil 3. Economia 4. Empresas
estatais I. Título.

21-64526

CDU-351.712(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Empresas público-privadas : Direito
administrativo 351.712(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

© @editoracontracorrente

f Editora Contracorrente

📧 @ContraEditora

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	13
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I - A ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	29
1.1. A exploração de atividade econômica diretamente pelo Estado: uma análise do artigo 173 da Constituição Federal.....	32
1.1.1. Os conceitos de imperativa segurança nacional e relevante interesse coletivo.....	32
1.1.2. O princípio da subsidiariedade na exploração de atividade econômica pelo Estado.....	36
1.1.2.1. A inexistência de livre-iniciativa do Estado e o princípio da legalidade como corolários da subsidiariedade	41
1.1.3. A discricionariedade em intervir diretamente na ordem econômica quando presentes os requisitos do artigo 173 da Constituição Federal	43
CAPÍTULO II - O REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS	51
2.1. Aspectos iniciais do tratamento jurídico e histórico das empresas estatais.....	51

2.2. O decreto-lei nº 200/67 e a lei nº 6.404/76 como precursores do atual regime jurídico das estatais	61
2.3. O conteúdo e os objetivos da lei nº 13.303/16	71
2.3.1. A autonomia e a flexibilidade das empresas estatais	71
2.3.2. A empresa pública, a sociedade de economia mista e a unificação de seus regimes societários na lei nº 13.303/16	83
2.3.3. A redação do artigo 1º da lei nº 13.303/16 e a ideia de empresas estatais exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviços públicos	94
2.3.4. A figura da empresa estatal dependente e a redação do §2º do artigo 1º da lei nº 13.303/16.....	110
2.4. O interesse público e o Estatuto Social como balizadores da atuação da empresa estatal	114
CAPÍTULO III - A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA, SUAS CONCEITUAÇÕES E VARIAÇÕES	125
3.1. Aspectos gerais da discricionariedade administrativa	125
3.1.1. Discricionariedade e liberdade: uma dicotomia acertada?.....	136
3.1.2. Os conceitos jurídicos indeterminados e o instituto da discricionariedade administrativa	140
3.1.2.1. Breves notas sobre a discricionariedade técnica e sua relação com os conceitos jurídicos indeterminados	149
CAPÍTULO IV - EMPRESAS ESTATAIS E DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	153
4.1. A distinção entre liberdade e discricionariedade nas empresas estatais .	153
4.2. A discricionariedade administrativa contida nos artigos 8º e 27 da lei nº 13.303/16 (a governança corporativa e a função social)	160
4.2.1. A elaboração das cartas anuais das empresas estatais e a discricionariedade administrativa.....	168

4.2.2. A elaboração do estatuto social, os demais requisitos de transparência e a competência discricionária.....	172
4.2.3. A competência discricionária na assunção de riscos e a governança corporativa	175
4.3. O planejamento e a discricionariedade administrativa na lei n° 13.303/16 – a discricionariedade de planificação nas empresas estatais	180
4.3.1. A discricionariedade de planificação retratada no plano de negócios e na estratégia de longo prazo das estatais	191
4.3.1.1. A chamada discricionariedade técnica na atividade de planificação das empresas estatais	199
CAPÍTULO V - A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NAS EMPRESAS ESTATAIS E A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ESTUDO DE CASOS	203
5.1. A discricionariedade administrativa e a alteração do planejamento das empresas estatais.....	204
5.1.1. A discricionariedade administrativa, o planejamento, a governança corporativa e o atendimento do interesse público: o caso das refinarias da Petrobrás.....	214
5.2. A discricionariedade administrativa e a política de desinvestimentos.....	220
5.3. A discricionariedade administrativa em firmar patrocínios	232
5.4. A discricionariedade administrativa nas operações de crédito firmadas pelas instituições financeiras estatais.....	235
5.5. Síntese conclusiva do capítulo V.....	237
CONCLUSÕES	243
REFERÊNCIAS	251